

CPI do Plano de Carreira vai analisar progressões salariais

A Comissão Parlamentar de Inquérito que, desde o ano passado, avalia as causas do aumento de gastos com pessoal a partir da implantação do novo Plano de Carreira dos servidores públicos de Montenegro, em 2015, inicia um novo trabalho. O grupo agora vai analisar os processos de progressões do funcionalismo por conta da qualificação profissional e do tempo de serviço. Através deles, muitos tiveram aumentos rápidos de salários. Os vereadores querem saber se não ocorreram irregularidades.

O presidente da CPI, Neri de Mello Pena, o Cabelo, do PTB, diante do grande volume de processos que precisarão ser analisados, definiu que será montada uma força-tarefa para avaliar os documentos. “É um trabalho de muita responsabilidade e que requer o máximo de cuidado”, completa.

O relator do processo, Felipe Kinn da Silva (MDB),

se diz perplexo ao verificar que o novo Plano de Carreira abrangeu apenas uma parcela do funcionalismo público, assim como não considerou os apontamentos feitos pela Delegação de Prefeituras Municipais (DPM), com relação aos inativos com direito à paridade. Outro aspecto analisado pelo vereador está relacionado às modificações ocorridas na redação do projeto, desde sua origem até a aprovação.

Kinn defende a verificação dos processos que tratam das progressões verticais e horizontais. Ele reforça que a medida é importante por haver indícios de erros e irregularidades, gerando vantagens indevidas. Os trabalhos de análise documental devem iniciar na próxima segunda-feira, dia 9 de março. A meta é concluir os trabalhos da CPI em abril. Este mês, faz um ano que a investigação começou. (MR)